

**ECONOMIA E POLÍTICA NA FUNAI DURANTE A DITADURA MILITAR:
ADMINISTRAÇÃO GERAL E ATIVIDADES ECONÔMICAS CONFORME A
DOCUMENTAÇÃO DA ASSESSORIA DE SEGURANÇA E INFORMAÇÃO (ASI)**

Leonardo Betoni De Menezes (leomenez96@gmail.com)

Éder Da Silva Novak (edernovak@ufgd.edu.br)

Esta pesquisa sistematizou e analisou duas séries documentais da Assessoria de Segurança e Informação (ASI) da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) durante a Ditadura Militar. A primeira série intitulada Administração Geral (AGR) contém diversos arquivos (memorandos, ofícios, portarias, telegramas, etc.) que apresentam a organização burocrática entre os departamentos internos da instituição (ASI/FUNAI) e também a órgãos exógenos a ela. Esta série conta com 16 arquivos em formato PDF, que juntos somam 614 páginas. A segunda série trata-se das Atividades Econômicas (AEC) contendo arquivos que tratam sobre os empreendimentos comerciais próximos a territórios indígenas ou no seu interior, que estavam sob a jurisdição da FUNAI. Esta série conta com 8 arquivos em PDF, totalizando 867 páginas, contemplando documentos referentes a regulamentação de atividades como exploração de madeira e mineração, assim como a autorização destes negócios para empresas destes segmentos. Agregadas as séries totalizam 24 arquivos e 1481 páginas de documentos relacionados aos campos administrativo e econômico da FUNAI no período da Ditadura Militar no Brasil. Através da análise destes documentos foram constituídas planilhas, construídas a partir da ferramenta Microsoft Excel, documentando os pontos chaves de cada um dos arquivos, cujo principal objetivo foi buscar documentos mencionando as políticas, condutas e práticas registradas em relação as comunidades indígenas do Mato Grosso/ Mato Grosso do Sul, observando qual seria a postura dessas instituições com os povos originários, quais os registros referente a eles e qual a narrativa construída pelos produtores da dita “história oficial”, perante as etnias indígenas e principalmente quais as estratégias e mecanismos adotados pelos povos indígenas nas relações estabelecidas com a política indigenista. A análise revela os momentos de conflito entre indígenas e não indígenas, assim como o estabelecimento de alianças e relações amistosas entre ambos, denotando os interesses e objetivos das ações realizadas pelos sujeitos históricos, sobretudo os indígenas. Foram encontrados seis documentos contendo citações ao estado do Mato Grosso e um arquivo contendo referências ao Mato Grosso do Sul. Esta última aborda a cópia do abaixo assinado dos servidores da Administração Regional de Campo Grande - Mato Grosso do Sul, ao então presidente da FUNAI, Íris Pedro de Oliveira, expondo alguns dos problemas daquela unidade, inclusive de ordem pessoal. Esta pesquisa abre caminho para um inesgotável potencial de

trabalhos voltados à investigação e análise de uma instituição que ainda vigora no país – a FUNAI – mesmo que combatida, assim como os indígenas “contemplados” pelo órgão indigenista, que protagonizaram movimentos de aproximação e distanciamento da estrutura tutelar.

Agradecimentos: Agradecemos à UFGD e ao CNPq pelo fomento a esta pesquisa, por meio da bolsa de iniciação científica.